

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 24.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 18/03/2025

# SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA PRESENCIAL (AM № 123/2020) DE 18/03/2025

## **BREVES COMUNICAÇÕES**

Coronel Chrisóstomo (PL - RO) - O Deputado exaltou o ato em apoio ao ex-Presidente Jair Bolsonaro, realizado no dia 16 de fevereiro, em Copacabana, no Rio de Janeiro (RJ). Afirmou que o número de participantes teria ultrapassado meio milhão de pessoas, e criticou duramente estimativas inferiores feitas por uma universidade, à qual chamou de "vergonha nacional". Comparou o episódio dos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023, em Brasília (DF), ao de 6 de janeiro de 2021, nos Estados Unidos, elogiando Donald Trump por ter concedido anistia aos envolvidos e defendendo que o Brasil siga o mesmo caminho. Também elogiou a participação e a fala de Bolsonaro no evento, reforçando o apoio ao ex-Presidente e afirmando que "Bolsonaro será candidato em 2026, porque o Brasil quer". Concluiu reafirmando os ideais da direita conservadora.

Ricardo Ayres (REPUBLICANOS - TO) - O Deputado criticou a atuação do Congresso Nacional diante do avanço dos cassinos on-line e das apostas virtuais, que, segundo ele, têm destruído milhares de famílias brasileiras. Criticou a omissão do Parlamento, especialmente quanto à divulgação desses jogos por influenciadores digitais, que, em sua visão, contribui para manipulação e vício. Relatou um caso pessoal e dramático: o suicídio do filho de uma assessora de seu gabinete, ocorrido em Palmas (TO), motivado por vício em jogos de aposta. Ressaltou que essa tragédia não é um caso isolado e classificou o problema como uma questão urgente de saúde pública e segurança pública, especialmente devido aos indícios de lavagem de dinheiro por trás dessas plataformas. Além disso, afirmou ser autor de diversos projetos que tratam do tema e está coletando assinaturas para instaurar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) sobre os jogos online. Encerrou o discurso responsabilizando o Parlamento por ter legislado a favor da regulamentação dessas atividades e exigiu ação imediata para enfrentar o que chamou de uma tragédia nacional.

Delegado Paulo Bilynskyj (PL - SP) - O Deputado defendeu seu colega Eduardo Bolsonaro, a quem se referiu como o Deputado Federal mais votado da história do Brasil. Afirmou que Eduardo está exilado por temer prisão, confisco de passaporte e retaliações, o que, segundo ele, demonstraria o nível de insegurança jurídica e perseguição política no país. Afirmou que só se tornou Deputado por incentivo direto de Eduardo Bolsonaro, que teria aberto mão de protagonismo para apoiar novos nomes na política. Destacou ainda que, se não fosse a ameaça de prisão, Eduardo estaria hoje presidindo a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN). Classificou o atual cenário como o de uma ditadura e disse que Eduardo continua a



Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 24.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 18/03/2025

representar o país, agora a partir dos Estados Unidos, devido a essa perseguição judicial, especialmente vinda do Supremo Tribunal Federal (STF).

Charles Fernandes (PSD - BA) - O Deputado defendeu a importância da transição energética no Brasil, destacando o papel estratégico do gás natural e do biometano. Explicou que o gás natural, por emitir menos carbono do que outras fontes fósseis, é uma alternativa viável para descarbonizar a matriz energética, especialmente nos setores industrial e elétrico; já o biometano, produzido a partir de resíduos orgânicos, é renovável e pode substituir o gás natural sem adaptações tecnológicas, contribuindo também para a economia e a gestão de resíduos. Ressaltou que, para o sucesso dessa transição, é essencial o incentivo de políticas públicas que fortaleçam a infraestrutura, atraiam investimentos e fomentem a inovação. Além disso, alertou para a gravidade da crise climática global e reforçou a necessidade de buscar energias limpas. Por fim, elogiou o trabalho do Ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, após uma reunião realizada com ele pela manhã.

Allan Garcês (PP - MA) - O Deputado elogiou a atuação do Governador do Maranhão, Carlos Brandão, pela inauguração de um centro de hemodiálise e um centro de imagens com ressonância magnética na cidade de Barreirinhas (MA), importante polo turístico, destacando o benefício para mais de cem famílias e a importância da iniciativa para a saúde regional.

Gilson Daniel (PODE - ES) - O Deputado defendeu a aplicação de penas proporcionais e justas aos envolvidos nos atos antidemocráticos de 8 de Janeiro de 2023, em Brasília (DF). Destacou que muitos dos detidos não têm antecedentes criminais e não participaram diretamente dos atos de vandalismo. Criticou punições desmedidas e afirmou que justiça não deve se confundir com perseguição política. Citando casos específicos de sua cidade, Viana (ES), reiterou que a lei deve ser aplicada com equilíbrio. Por fim, declarou apoio à anistia, caso seja pautada na Câmara, em nome da pacificação nacional e do fortalecimento do Estado Democrático de Direito.

Delegado Marcelo Freitas (UNIÃO - MG) - O Deputado criticou a proposta do Governo Federal de ampliar a faixa de isenção do Imposto de Renda para quem recebe até R\$ 5 mil, tema do Projeto de Lei nº 1.087, de 2025, que altera a legislação do imposto sobre a renda para instituir a redução do imposto devido nas bases de cálculo mensal e anual e a tributação mínima para as pessoas físicas que auferem altas rendas. Alertou que a medida pode gerar perdas estimadas em R\$ 25 bilhões para Estados e Municípios, devido à redução nos repasses constitucionais. Além disso, informou que o partido União Brasil pretende apresentar emenda ou



Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 24.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 18/03/2025

destaque para garantir que eventuais perdas dos entes federativos sejam compensadas com receitas equivalentes, assegurando recursos para os serviços públicos nas cidades.

Maria do Rosário (PT - RS) - A Deputada criticou a postura de Eduardo Bolsonaro, afirmando que, se ele prefere atuar nos Estados Unidos e abdicar do mandato parlamentar, que o faça, mas sem se vitimizar como perseguido político. Destacou que o Brasil não é cúmplice de negacionistas ou golpistas e reforçou que o país não será conivente com atos de traição à democracia, especialmente diante de escândalos como o das joias envolvendo representantes da extrema direita.

Carlos Jordy (PL - RJ) - O Deputado criticou o que classificou como sinais de uma ditadura no Brasil, como censura, perseguição a opositores e violação de direitos humanos. Defendeu o Deputado Eduardo Bolsonaro, afirmando que ele é um "asilado político" nos Estados Unidos por estar denunciando essas supostas práticas autoritárias. Além disso, afirmou que o passaporte de Eduardo foi retirado por ordem do Ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, e alegou que o mesmo aconteceu com ele, mesmo sem ter cometido crime. Criticou o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Governo Lula, acusando-os de agirem de forma autoritária e em consórcio. Prestou homenagem a Eduardo Bolsonaro e a Daniel Silveira, chamando-os de exemplos de resistência. Por fim, apelou para que o Congresso se posicione contra o que vê como excessos e abusos de poder do Judiciário.

Afonso Hamm (PP - RS) - O Deputado registrou a presença de uma comitiva de Vereadores de Sarandi (RS) no plenário da Câmara: Jonka, Oscar e Lisi, destacando o trabalho conjunto com sua base. Também mencionou a Secretária de Assistência Social, Nereide, que não pôde comparecer. Ressaltou a destinação de recursos para projetos voltados à terceira idade e para a estrada Sarandi–Natalino, considerada estratégica para a região. Aproveitou para parabenizar o Deputado Tião Medeiros pela condução da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR).

Tião Medeiros (PP - PR) - O Deputado destacou sua participação na ExpoParanavaí, feira de agricultura no noroeste do Paraná, e agradeceu pelo título de Cidadão Benemérito de sua cidade natal, Paranavaí (PR). Expressou preocupação com o processo de seleção do Ministério da Educação para a criação de um curso de medicina no Município. Destacou que a Uningá, uma das instituições participantes, estaria impedida judicialmente de contratar com o poder público devido a uma fraude comprovada em vestibular anterior. Defendeu que apenas a Unifatecie, instituição local, teria plena capacidade para implantar o curso. Em seguida, criticou denúncias contra o Atlético Clube Paranavaí (ACP), que tem o cantor Gusttavo Lima como sócio. Explicou que o time teria reformado uma estrutura cedida legalmente por uma associação de



Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 24.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 18/03/2025

moradores e estaria sendo alvo de acusações infundadas. Classificou as denúncias como caluniosas e prejudiciais à imagem do clube. Por fim, celebrou o lançamento da obra do "píer em T" no Porto de Paranaguá, uma das maiores obras de infraestrutura portuária do país, com investimento público de R\$ 1 bilhão pelo Governo do Paraná. Elogiou o Governador Ratinho Junior por aplicar recursos do Tesouro Estadual diretamente no sistema portuário, fortalecendo as exportações de grãos e a logística agrícola do Estado.

Márcio Jerry (PCdoB - MA) - O Deputado registrou sua visita ao Município de Viana (MA), no Maranhão, onde participou da entrega de um ginásio poliesportivo no campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IFMA), viabilizado por emenda parlamentar da bancada maranhense. Destacou a importância das emendas parlamentares com foco no interesse público, transparência e rastreabilidade. Também mencionou a entrega de equipamentos da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) para a agricultura familiar, ressaltando o apoio contínuo do Governo Lula ao desenvolvimento educacional e agrícola no Estado e em todo o país.

Luiz Lima (PL - RJ) - O Deputado criticou da tribuna a atuação do Supremo Tribunal Federal (STF), alegando perseguição política e judicial a Parlamentares da direita. Destacou o caso do Deputado Eduardo Bolsonaro, que estaria "praticamente exilado" nos Estados Unidos por medo de ter seu passaporte apreendido ou de ser preso por crime de opinião. Também mencionou a prisão do ex-Deputado Daniel Silveira, considerada por ele uma injustiça, além da condenação de manifestantes dos atos antidemocráticos de 8 de janeiro de 2023, em Brasília (DF), como uma senhora sentenciada a 17 anos por pichar uma estátua. Disse que essas decisões representam um abuso do Judiciário e, futuramente, o Estado terá de indenizar essas pessoas. Concluiu dizendo que tais ações trarão vergonha à memória de Ministros do STF.

Carlos Jordy (PL - RJ) - O Deputado denunciou supostos abusos cometidos pela Ministra da Cultura, Margareth Menezes. Acusou a Ministra de aparelhamento político no Programa Nacional dos Comitês de Cultura (PNCC), com orçamento de R\$ 60 milhões, e de receber cachês de R\$ 640 mil pagos pelas prefeituras de Salvador (BA) e Fortaleza(CE), mesmo ocupando cargo público. Anunciou que protocolou um pedido de impeachment contra a Ministra, defende sua convocação à Câmara para prestar esclarecimentos e propôs a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o caso.

Rubens Pereira Júnior (PT - MA) - O Deputado celebrou o envio ao Congresso da proposição de autoria do Poder Executivo, que propõe isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil. Trata-se do Projeto de Lei nº 1.087, de 2025, que altera a legislação do imposto sobre a renda para instituir a redução do imposto devido nas bases de cálculo mensal e anual e a tributação mínima para as pessoas físicas que auferem altas



Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 24.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 18/03/2025

rendas. Destacou que a medida cumpre promessa de campanha do Presidente Lula e representa a maior reforma na renda da história do Brasil, beneficiando mais de 20 milhões de brasileiros. Explicou que o impacto será neutro para as contas públicas, já que a compensação virá de contribuintes de alta renda, como os que ganham mais de R\$ 50 mil por mês ou R\$ 1 milhão por ano. Criticou a oposição por não ter feito essa correção quando teve oportunidade e afirmou que o projeto promove justiça social e vai aquecer a economia ao aliviar a carga tributária dos mais pobres.

Mauricio Marcon (PODE - RS) - O Deputado defendeu Jair Bolsonaro após o Tribunal de Contas da União (TCU) reconhecer como pessoais as joias recebidas pelo ex-Presidente, criticando o Partido dos Trabalhadores (PT) e cobrando pedidos de desculpas. Manifestou apoio ao Deputado Federal, Eduardo Bolsonaro, que, segundo ele, estaria exilado por medo de prisão, e denunciou violações de direitos humanos e perseguições políticas. Afirmou que o Brasil vive um cenário de repressão e exaltou a postura de Eduardo como símbolo de luta pela liberdade.

**Giovani Cherini (PL - RS) -** O Deputado criticou as diversas acusações graves feitas por Parlamentares do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) contra o ex-Presidente Bolsonaro durante seu Governo, destacando que agora adotam uma postura moralista contra um Deputado da Oposição.

Reimont (PT - RJ) - O Deputado criticou o Deputado Eduardo Bolsonaro por fugir para os Estados Unidos a fim de cometer crimes e prejudicar a imagem do Brasil, denunciando o falso patriotismo da extrema Direita. Além disso, celebrou o envio pelo Presidente Lula à Câmara dos Deputados do Projeto de Lei nº 1.087, de 2025, que isenta o Imposto de Renda de pessoas que ganham até 5 mil reais. Ademais, ressaltou que Bolsonaro foi o primeiro Presidente eleito a não corrigir a tabela do imposto de renda, descumprindo suas promessas de ampliar a faixa de isenção. Por fim, condenou os Parlamentares da extrema Direita por terem votado contra a isenção de tributos sobre alimentos da cesta básica e por criarem obstáculos ao projeto de lei de isenção do imposto de renda.

Luiz Couto (PT - PB) - O Deputado condenou a realização de um bingo no Brejo paraibano, onde mulheres estariam sendo oferecidas como prêmio, considerando a prática ilegal, imoral e uma violação dos direitos humanos. Ademais, anunciou o envio de ofícios às autoridades competentes, como o Ministério Público e as forças policiais, para a investigação rigorosa das denúncias realizadas pelo Padre Adauto. Adicionalmente, celebrou o Programa Cozinha Solidária, reconhecendo-o como uma política pública essencial para enfrentar a insegurança alimentar. Por fim, lamentou o assassinato e desaparecimento do líder sindical e defensor dos



Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação - DETAQ

Sumário da Sessão nº 24.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 18/03/2025

direitos humanos na Paraíba, Almir, exigindo providências das autoridades competentes e enfatizando que o Brasil foi condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos pelo episódio.

Delegado Caveira (PL - PA) - O Deputado celebrou a presença de Hipólito Gomes, Secretário de Segurança Pública de Parauapebas (PA), na Câmara dos Deputados. Ademais, ressaltou que, a pedido do Secretário, destinará 1 milhão de reais, de recursos de emenda parlamentar, para a aquisição de armamentos para a Polícia Municipal, contribuindo para a política de segurança pública do Município.

Coronel Assis (UNIÃO - MT) - O Deputado criticou a atitude de um Parlamentar chamar outro de covarde sem que a pessoa estivesse presente para se defender. Além disso, manifestou apoio ao Deputado Eduardo Bolsonaro por sua decisão de se licenciar, destacando sua coragem em trabalhar pelo País. Ademais, alertou para a denúncia de reportagem do jornal *O Estado de São Paulo* sobre a destinação de recursos da Itaipu Binacional para obras e eventos que não estariam relacionados à sua atividade principal, indicando possíveis irregularidades e crimes. Por fim, esclareceu que as joias recebidas pelo ex-Presidente Bolsonaro, durante o seu Governo, a ele pertencem por decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) e pediu aos Parlamentares da extrema Esquerda que se retratassem pelas acusações.

Enfermeira Ana Paula (PDT - CE) - A Deputada convidou a todos para o lançamento da Frente Parlamentar em Defesa da Enfermagem. Ademais, destacou a importância do evento, que representa a reestruturação dessa Frente após anos sem ações em prol da enfermagem brasileira. Além disso, ressaltou que cinco Deputados Federais são enfermeiros e que a Frente tem como principais bandeiras o reajuste do piso salarial, a redução da jornada de trabalho para 30 horas, a publicação do marco regulatório da Educação a distância (EAD), entre outras. Por fim, conclamou a todos os Parlamentares a defenderem a enfermagem e destacou a relevância da categoria para o Sistema Único de Saúde (SUS).

Mauricio do Vôlei (PL - MG) - O Deputado criticou a Esquerda por celebrar a licença do Deputado mais votado da história do País, Eduardo Bolsonaro. Ademais, afirmou que a perseguição judiciária contra a Direita será superada em 2026 com as eleições para o Senado e para a Presidência da República. Além disso, ressaltou que, graças ao ex-Presidente Bolsonaro, há Deputados e Senadores de Direita que realmente representam o povo e reprovou os Parlamentares da Esquerda que dizem defender os pobres e as minorias enquanto vivem de forma abastada. Por fim, conclamou o povo a não desistir e a continuar lutando contra o Governo da Esquerda, responsável pelo aumento dos preços dos alimentos e por ataques ao agronegócio.



Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 24.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 18/03/2025

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado alertou para um equívoco no voto do Ministro Alexandre de Moraes na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 7.756, que questiona a constitucionalidade de um inciso do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Maranhão. Ademais, destacou que, ao analisar o processo, o assessor do Ministro provavelmente cometeu um erro ao interpretar a questão, já que o critério de desempate, que favorece o Deputado mais velho em caso de empate na eleição da Mesa Diretora, está no Regimento desde 1991 e nunca foi alterado. Por fim, afirmou que não houve violação ao princípio da anualidade.

Capitão Alberto Neto (PL - AM) - O Deputado solicitou ao Governador Wilson Lima que isentasse do ICMS os alimentos no Estado do Amazonas, seguindo o exemplo do Governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas. Ademais, criticou o Governo Federal pela inflação dos alimentos e pelo descontrole das contas públicas.

Marcelo Moraes (PL - RS) - O Deputado destacou a presença na Câmara dos Deputados dos Vereadores Derli, Leonardo, Jean e da Prefeita Patrícia, todos do Município de Boa Vista do Sul (RS). Lembrou ainda que o Vereador Bugui, pai do Jean, foi grande parceiro do Deputado Federal Sérgio Moraes, pai do orador, reforçando que o compromisso com a cidade de Boa Vista do Sul (RS) atravessa gerações.

Valmir Assunção (PT - BA) - O Deputado destacou o fracasso da manifestação bolsonarista em prol da anistia, ocorrida em 16 de março. Ademais, afirmou que a licença do Deputado Eduardo Bolsonaro para viajar aos Estados Unidos decorre da posição contrária do povo brasileiro à anistia. Por fim, manifestou-se contra a anistia e afirmou que o povo se opõe aos bolsonaristas.

Alfredinho (PT - SP) - O Deputado elogiou o Presidente Lula pelo anúncio do crédito consignado a juros menores para os trabalhadores com carteira assinada e pela isenção do imposto de renda para os que ganham até cinco mil reais. Ademais, afirmou que a isenção é promessa de campanha do Presidente e que permitirá ao trabalhador uma economia acima de 5 mil reais por ano. Além disso, questionou se haverá alguém com coragem para votar contra a referida medida que beneficia o trabalhador. Por fim, lembrou ainda que a proposição prevê um desconto no imposto de renda para quem recebe até 7 mil reais e parabenizou o Governo Lula pela iniciativa.

**Augusto Coutinho (REPUBLICANOS - PE) -** O Deputado lamentou o falecimento do ex-Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco e do ex-Deputado Estadual Fausto Valença de Freitas, manifestando solidariedade aos familiares enlutados.



Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação - DETAQ

Sumário da Sessão nº 24.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 18/03/2025

**Ribamar Silva (PSD - SP)** - O Deputado celebrou a presença, na Câmara dos Deputados, do Prefeito de Caraguatatuba (SP), Mateus Silva, e do seu Secretário de Administração, Silvio Tavares, e colocou o seu mandato à disposição do Município.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado celebrou o anúncio pelo Presidente Lula e pelo Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, da isenção do Imposto de Renda para quem ganha até 5 mil reais, ressaltando que o projeto beneficiará 20 milhões de pessoas e corresponde ao início de uma reforma tributária justa. Ademais, ressaltou que, ao contrário do ex-Presidente Bolsonaro, o Presidente Lula prometeu e está cumprindo sua promessa de campanha. Por fim, defendeu a aprovação urgente do Projeto de Lei nº 1.087, de 2025, que altera a legislação do imposto sobre a renda para instituir a redução do imposto devido nas bases de cálculo mensal e anual e a tributação mínima para as pessoas físicas que auferem altas rendas, e dá outras providências.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado celebrou a visita na Câmara dos Deputados do Prefeito de Joia (RS), Dionei de Matos, de seu Secretário de Administração, José Machado, e dos Vereadores Luan Cardoso e Valdemir Gonçalves, de Rolante (RS), saudando também os Vereadores José Edson, Nico Fretes e o Secretário de Obras, Nego da Gaita, todos de Joia (RS). Ademais, ressaltou que destinou recursos para Joia (RS) e Rolante (RS) e reafirmou seu compromisso com os Municípios.

Valmir Assunção (PT - BA) - O Deputado parabenizou o Presidente Lula pelo envio à Câmara do projeto que amplia a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil. Destacou que, enquanto essa faixa de renda seria isenta, aqueles que ganham a partir de R\$ 50 mil pagariam um adicional de imposto. Por fim, afirmou que um governo comprometido com a população deve governar para quem mais precisa e reforçou que a proposta atende a um compromisso de campanha.

Paulão (PT - AL) - O Deputado destacou o projeto do Governo que amplia a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil, afirmando que a medida impulsiona a economia e melhora a qualidade de vida da população. Questionou a posição da extrema direita, acusando-a de boicotar a proposta. Também criticou o Deputado Eduardo Bolsonaro, chamando-o de "fujão" por solicitar licença de quatro meses enquanto seu pai foi indiciado e denunciado pela PGR. Além disso, associou o comportamento do ex-Presidente à tentativa de golpe de 8 de Janeiro, mencionando articulações criminosas, depredação de prédios públicos e um plano de atentado contra autoridades. Por fim, responsabilizou militares, incluindo o General Braga Netto, e reforçou a defesa da democracia, afirmando que não deve haver anistia.



Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 24.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 18/03/2025

Vicentinho (PT - SP) - O Deputado saudou a presença de Rodrigo Rodrigues, Presidente do Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde da Região Metropolitana de São Paulo (SP), e de profissionais da categoria que participaram de um seminário na Câmara. Ressaltou a importância do trabalho preventivo e educativo desses agentes, destacando as dificuldades enfrentadas no dia a dia. Também mencionou a realização de um encontro nacional no Auditório Nereu Ramos, coordenado por Luiz Cláudio, Presidente da Federação, e citou reuniões com o Presidente da Câmara, Deputado Hugo Motta, e o 1º Secretário, Deputado Carlos Veras. Concluiu reforçando a defesa da pauta dos trabalhadores, que inclui a aposentadoria especial e o incentivo financeiro devido às condições insalubres e perigosas da profissão.

Gilson Daniel (PODE - ES) - O registrou a visita da Comissão Especial sobre Prevenção e Auxílio a Desastres e Calamidades Naturais ao Rio Grande do Sul para acompanhar as ações do Governo Federal na região. Mencionou encontros com o Prefeito de Porto Alegre, Sebastião Melo, e visitas a Canoas (RS), destacando o trabalho realizado localmente. Presidida pelo Deputado Leo Prates, a Comissão reuniu diversos Parlamentares e proporcionou um aprendizado significativo sobre a gestão de crises. Também defendeu a participação de mais Parlamentares na Comissão de Desastres da Câmara para ampliar o debate sobre o tema e garantir recursos para atender a população em situações emergenciais.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado criticou o que chamou de perseguição à oposição ao Governo Lula e acusou a Suprema Corte de desrespeitar a Constituição. Afirmou que o Tribunal não cumpre as leis e exerce um controle excessivo sobre o País. Também declarou que o Deputado Eduardo Bolsonaro estaria exilado nos Estados Unidos por temer perseguição e prisão, assim como outros políticos de direita. Além disso, classificou a situação como uma vergonha para o Brasil e mencionou os tratados de direitos humanos assinados pelo País.

Allan Garcês (PP - MA) - O Deputado manifestou solidariedade ao Deputado Eduardo Bolsonaro, afirmando que seu sacrifício e sua luta não serão esquecidos. Acusou a Esquerda de construir narrativas e defendeu que o Parlamento não deve permitir o avanço dessa situação. Também reiterou seu apoio a Eduardo Bolsonaro e criticou o contexto político enfrentado pela oposição.

Luiz Lima (PL - RJ) - O Deputado fez um discurso crítico à atuação do Supremo Tribunal Federal (STF) e à situação política do Brasil, destacando sua preocupação com a liberdade de expressão e o equilíbrio entre os Poderes. Mencionou a prisão do ex-Deputado Daniel Silveira e a decisão do Deputado Eduardo Bolsonaro de se exilar nos Estados Unidos, classificando essas ações como perseguição política. Também argumentou que há um enfraquecimento da democracia, citando a manifestação de 8 de janeiro de 2023 e comparando-a a



Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 24.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 18/03/2025

protestos de anos anteriores. Ademais, criticou o que chamou de "ditadura da toga" e defendeu que o STF deveria se limitar à interpretação da Constituição. Por fim, abordou a situação econômica do Brasil e a falta de uma política de segurança eficaz, especialmente no Rio de Janeiro.

**Silvia Cristina (PP - RO)** - A Deputada convidou para o evento "Mulheres que Transformam", em 29 de março, no Spasso Multieventos (Porto Velho-RO). Mencionou que o encontro homenageará mulheres que impactaram suas comunidades e contará com a presença de Iracema Portella, Presidente do Mulheres Progressistas.

Welter (PT - PR) - O Deputado criticou o Deputado Eduardo Bolsonaro por sua fuga para os Estados Unidos, alegando que ele e outros membros do Governo Bolsonaro estão fugindo das investigações e conspirando contra o Brasil. Questionou a postura de quem se diz patriota, mas evita enfrentar a Justiça, e destacou a delação de Mauro Cid como evidência das denúncias. Também expressou apoio à Suprema Corte e ao Tribunal Superior Eleitoral, ressaltando que, embora houvesse erros no passado, o processo legal agora será cumprido rigorosamente.

Rodolfo Nogueira (PL - MS) - O Deputado expressou tristeza pela licença de 4 meses de Eduardo Bolsonaro, afirmando que ele está fugindo de uma perseguição implacável. Criticou a esquerda, acusando-a de demagogia ao alegar que o Deputado está fugindo da Justiça, comparando isso com fugas de criminosos durante o regime militar. Também defendeu Eduardo Bolsonaro, dizendo que ele sofre perseguição política e está fora do Brasil por falta de democracia.

Daiana Santos (PCdoB - RS) - A Deputada destacou sua atuação na Comissão dos Direitos Humanos, com projetos importantes como a titulação de terras quilombolas e a consulta prévia para comunidades indígenas e quilombolas. Também mencionou seu trabalho em prol da inclusão étnico-racial e direitos LGBTI+, como o "LGBTcídio" como crime hediondo e direitos civis para casais homoafetivos. Destacou o Projeto de lei nº 3.452, de 2012, que regulamenta a titulação de terras quilombolas, assegurando direitos históricos e territoriais dessas comunidades; o Projeto de lei nº 10.678, de 2018, que prevê a consulta prévia, livre e informada às comunidades indígenas e quilombolas, que passa a ser uma etapa necessária para a emissão de licença ambiental para atividades ou empreendimentos utilizadores de recursos ambientais, efetiva ou potencialmente poluidores ou capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental; o Projeto de Lei nº 1.042, de 2022, o Projeto que institui o Programa de Incentivo à Diversidade Étnica e Racial (PIDER) e o "Selo Empresa pela Igualdade Étnica e Racial"; o Projeto de lei nº 7.292, de 2017, que reconhece o LGBTcídio como crime hediondo, reforçando a proteção contra crimes de ódio; o Projeto de lei nº 580, de 2007, que



Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 24.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 18/03/2025

dispõe sobre a união homoafetiva, que assegura direitos civis fundamentais a casais do mesmo sexo. Também mencionou dois projetos de sua autoria: o Projeto de lei nº 67, de 2025, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho e a Lei nº 12.790, de 14 de março de 2013, para estabelecer que a duração normal do trabalho não possa exceder quarenta horas semanais e para garantir ao menos dois dias semanais de repouso remunerado aos trabalhadores e o Projeto de Lei nº 68, de 2025, que dispõe sobre a violência política de gênero e pretende instituir medidas específicas para a proteção e o apoio às mulheres em espaços de poder, para que não sofram esse tipo de violência. Finalizou enfatizando seu compromisso com a justiça social e as ações do Governo Federal após as enchentes no Rio Grande do Sul.

Jack Rocha (PT - ES) - A Deputada ressaltou a importância de sua presença ao lado de Murilo Amatneeks, liderança da Plataforma Cipó, que trabalha no desenvolvimento sustentável e na análise das relações internacionais. Destacou o papel da instituição em buscar soluções para conflitos globais e trazer questões sobre políticas públicas para a agenda, com foco em reparação para populações ribeirinhas, comunidades indígenas, quilombolas e outros grupos vulneráveis.

Paulo Magalhães (PSD - BA) - O Deputado destacou os avanços promovidos pelo Governador Jerônimo Rodrigues na Bahia, com ênfase nas ações na região cacaueira. Citou a recente visita de Jerônimo a Itabuna (BA), onde, junto ao Prefeito Augusto Castro, inaugurou o Hospital São Lucas, recuperado após anos de abandono, e o abastecimento de água para vários Distritos. Também elogiou a atuação do ex-Governador Rui Costa, que inaugurou a segunda etapa do Hospital de Base de Itabuna, e destacou obras como a estrada em Jussari (BA).

Célia Xakriabá (PSOL - MG) - A Deputada prestou homenagem e solidariedade à memória de Douglas Pólis, jovem Vereador de 26 anos que faleceu no último domingo, após apenas dois meses de mandato pelo PSOL em Itacarambi (MG), cidade vizinha ao território Xakriabá. Destacou o trabalho de Douglas com o esporte e com crianças em situação de vulnerabilidade, ressaltando a importância de suas ações, que contribuíam não só para a saúde pública, mas também para a prevenção de doenças.

Raimundo Santos (PSD - PA) - O Deputado registrou a presença da Vereadora Priscila Veloso no Plenário, destacando sua competência e dedicação ao representar o povo de Marabá (PA). Ressaltou que, antes de seu atual mandato, Priscila exerceu funções importantes como Secretária Municipal e Vereadora, sempre defendendo causas em áreas como saúde, educação e apoio ao homem do campo.



Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 24.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 18/03/2025

Delegado Fabio Costa (PP - AL) - O Deputado manifestou solidariedade aos policiais civis de Alagoas, que enfrentam descaso por parte do Governador Paulo Dantas. Destacou que, há quase 20 anos, a categoria luta por um ajuste na carga horária, sem a devida compensação financeira. Também relatou que o Governador prometeu um acordo com os policiais, mas não cumpriu. Finalizou pedindo ao Governador que honre o compromisso e repare a carga horária, destacando a discrepância no reconhecimento desse direito para um policial aliado do Governo.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado destacou a presença de Vereadores do Rio Grande do Sul na Câmara dos Deputados, ao lado do Deputado Pompeo de Mattos. Mencionou os Vereadores Zé Toquinho, Cléo do Liberdade, Reginaldo e Vilson, de Portão (RS), além de Maurinho Fiúza, de São Leopoldo (RS), cidade que classificou como a segunda maior do PL no Estado. Ressaltou a importância dos visitantes, descrevendo-os como políticos comprometidos com a representação gaúcha. Concluiu sua fala expressando honra em recebêlos no Parlamento.

Flávio Nogueira (PT - PI) - O Deputado criticou a narrativa de que não houve crime na tentativa de golpe de 8 de janeiro, ressaltando que os atos preparatórios, como a minuta, as concentrações em quartéis e a invasão de prédios públicos, configuram uma intentona golpista. Citou o Ato Institucional nº 1 da ditadura de 1964 para exemplificar como golpes se consolidam pela força, sem necessidade de legitimação prévia. Por fim, alertou que a simples tentativa já constitui crime e rejeitou qualquer possibilidade de anistia aos envolvidos.

Helio Lopes (PL - RJ) - O Deputado manifestou solidariedade à família Bolsonaro e mencionou que o Deputado Eduardo Bolsonaro está nos Estados Unidos devido à falta de liberdade de expressão no Brasil. Afirmou que nenhuma pessoa está acima da função que ocupa, que o poder muda de mãos e que nada ficará oculto. Concluiu pedindo a votação da anistia, alegando que pessoas inocentes estão sendo acusadas injustamente e ressaltando o sofrimento de filhos afastados de seus pais.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado criticou a implementação do sistema de pedágio *free flow* no Brasil, especialmente no Rio Grande do Sul, classificando-o como uma armadilha burocrática contra os motoristas. Destacou a aplicação de mais de 509 mil multas e R\$ 100 milhões em penalidades no Estado, além do impacto na pontuação da CNH. Para corrigir essas falhas, apresentou o Projeto de Lei nº 752, de 2025, que propõe a suspensão das multas por 24 meses, o perdão de infrações anteriores, a criação de um sistema unificado de pagamento e a retirada da infração da pontuação da CNH. Ao finalizar, defendeu que o modelo atual é injusto e prejudica os motoristas gaúchos.



Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 24.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 18/03/2025

**Coronel Ulysses (UNIÃO - AC) -** O Deputado registrou a presença na Casa do Delegado Cabral, Presidente da Adepol no Acre; e da Dra. Carol Cabral, Conselheira Federal da OAB. Deu boas-vindas ao casal e desejou sucesso em sua jornada em prol das categorias que representam.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado defendeu que a democracia política e eleitoral deve estar acompanhada de justiça social e econômica. Destacou a importância da medida anunciada pelo Governo, que propõe isenção de Imposto de Renda para cerca de 10 milhões de pessoas que ganham até R\$ 5 mil, além da taxação de rendimentos acima de R\$ 50 mil mensais. Argumentou que a reforma tributária deve avançar sobre renda e patrimônio para reduzir desigualdades. Cobrou apoio parlamentar à proposta e criticou privilégios de elites econômicas.

Rodrigo da Zaeli (PL - MT) - O Deputado parabenizou os Vereadores Chico Lima Tur, Samuel Cabral e Éder, de Pedra Preta (MT), pela visita à Câmara dos Deputados. Destacou o trabalho de Chico Lima Tur nas áreas da saúde e do esporte e a atuação de Samuel Cabral em defesa da juventude. Ressaltou a importância da presença de representantes municipais em Brasília para buscar recursos e defendeu a descentralização de investimentos para fortalecer os Municípios.

**Dr. Zacharias Calil (UNIÃO - GO) -** O Deputado alertou para a crise no Sistema Único de Saúde (SUS), destacando a longa espera por consultas e cirurgias. Citou dados preocupantes, como o tempo médio de 57 dias para atendimento com especialistas e 188 dias para cirurgias oncológicas, em descumprimento à legislação. Cobrou ações do Governo para reduzir as filas e melhorar o planejamento da saúde pública. Além disso, mencionou sua visita a uma exposição do Museu do Holocausto no Senado, ressaltando a importância de recordar a história para evitar novas atrocidades.

Joseildo Ramos (PT - BA) - O Deputado comentou a declaração do Deputado Eduardo Bolsonaro sobre temer ser preso e criticou a postura de grupos que defendem atos violentos contra autoridades. Destacou a baixa adesão a manifestações convocadas por Parlamentares da oposição, argumentando que isso reflete a rejeição da população a esse tipo de política. Defendeu um debate qualificado e reforçou que os brasileiros não aceitam ações extremistas.

Roberto Duarte (REPUBLICANOS - AC) - O Deputado criticou o Governo Federal pelo investimento de R\$ 3,5 bilhões em publicidade, classificando-o como desperdício de recursos públicos. Argumentou que o valor poderia ser usado para construir casas populares, unidades de saúde e outras infraestruturas essenciais. Além



Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 24.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 18/03/2025

disso, desafiou o Governador do Acre, Gladson Cameli, a seguir o exemplo do Governador Tarcísio de Freitas e zerar o ICMS da cesta básica para beneficiar a população carente do Estado.

**Coronel Chrisóstomo (PL - RO) -** O Deputado expressou solidariedade ao Deputado Eduardo Bolsonaro e sua família, lamentando sua permanência no exterior devido a intolerâncias no Brasil. Referiu-se ao momento atual como um perigo para o País, demonstrando preocupação com a situação política.

Ivan Valente (PSOL - SP) - O Deputado criticou o bolsonarismo, destacando o fracasso de um ato convocado pelo ex-Presidente Bolsonaro, que teve uma presença muito abaixo do esperado. Rejeitou as alegações do Deputado Eduardo Bolsonaro sobre a vigência de uma ditadura no Brasil e acusou membros da família Bolsonaro de desrespeitar as instituições e defender a ditadura. Por fim, afirmou que não haverá anistia e que os envolvidos devem ser responsabilizados legalmente.

Lídice da Mata (PSB - BA) - A Deputada destacou a relevância histórica do lançamento do programa Brasil Mais Justo, que propõe a isenção de Imposto de Renda para quem ganha até 5 mil reais, além de descontos para quem recebe até 7 mil. Enfatizou a importância da justiça fiscal, especialmente para os trabalhadores que mais contribuem com altos impostos. Defendeu que essa proposta deve ser debatida na Casa para garantir mais equidade na distribuição da riqueza. Criticou a atitude do Deputado que se afastou do País e reafirmou o compromisso da Casa com as demandas do povo.

Greyce Elias (AVANTE - MG) - A Deputada celebrou o Dia Nacional da Imigração Judaica, destacando a importância histórica dessa comunidade no Brasil, desde o período colonial até sua contribuição atual, sendo a segunda maior comunidade judaica da América Latina. Também homenageou as mulheres brasileiras, ressaltando seu impacto no empreendedorismo e nos cargos de liderança, e parabenizou o Ministro Celso Sabino pelo lançamento de um projeto para fomentar a participação feminina no setor de turismo. Ao finalizar, manifestou apoio ao Deputado Eduardo Bolsonaro e reafirmou seu compromisso com a liberdade, democracia e respeito à Constituição.

Da Vitoria (PP - ES) - O Deputado denunciou o aumento das invasões de propriedades privadas no Espírito Santo e no sul da Bahia, destacando ações do MST e de supostos indígenas em terras produtivas. Criticou a inércia dos Governos Federal e Estaduais e cobrou ações imediatas para garantir a segurança das propriedades, cumprindo decisões judiciais. Por fim, reforçou a necessidade de ação do Governo Federal e do Ministério da Justiça para enfrentar a crescente violência e garantir o direito à propriedade.



Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 24.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 18/03/2025

Sâmia Bomfim (PSOL - SP) - A Deputada manifestou apoio aos servidores municipais da educação de São Paulo, que estavam em greve, protestando contra o confisco salarial e em busca de um reajuste de 12,9%. Defendeu a revogação de uma medida do Sampaprev que considera uma injustiça para os trabalhadores, e repudiou o comunicado da Secretaria Municipal de Educação que orientava os pais a delatar os professores em greve. Ao finalizar, reafirmou o direito à greve e à organização sindical, condenando as atitudes autoritárias do Prefeito Ricardo Nunes.

Zé Neto (PT - BA) - O Deputado destacou a importância da nova isenção do Imposto de Renda para quem recebe até R\$ 5 mil e da isenção parcial para rendimentos de até R\$ 7 mil. Ressaltou que a medida cumpre um compromisso de campanha do Presidente Lula e impulsiona a economia ao fortalecer o poder de compra das famílias. Além disso, anunciou o Projeto de Lei nº 786, de 2025, que propõe reciprocidade na taxação de produtos entre Brasil e Estados Unidos, em resposta a barreiras comerciais impostas ao País. Explicou que a proposta busca preservar a competitividade nacional sem transformar o tema em uma disputa ideológica. Cobrou respeito aos tratados internacionais e afirmou que é essencial que os Estados Unidos adotem uma postura equilibrada nas relações comerciais.

Otoni de Paula (MDB - RJ) - O Deputado afirmou que a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil e a isenção parcial para rendimentos de até R\$ 7 mil deve ser analisada além das divergências ideológicas e partidárias. Declarou voto favorável ao projeto, destacando que a medida representa justiça social e atende a milhões de brasileiros. Criticou a postura de quem se opõe à proposta por questões políticas, comparando a situação a torcer contra o sucesso do País.

Evair Vieira de Melo (PP - ES) - O Deputado recebeu no plenário da Câmara o Prefeito de Castelo (ES), João Paulo, e seu Vice, Rafael, acompanhados de suas esposas. Destacou a liderança do Prefeito, sua reeleição expressiva e a importância do Município para a economia do Espírito Santo. Ressaltou a força empreendedora de Castelo (ES), com destaque para a agricultura e a produção de rochas naturais, e reafirmou o compromisso de trabalhar por recursos para a região.

Glauber Braga (PSOL - RJ) - O Deputado apresentou questão de ordem a respeito da legalidade do afastamento do Deputado Eduardo Bolsonaro, que solicitou licença por interesse particular. Argumentou que as justificativas apresentadas pelo Parlamentar não se enquadram nessa categoria, pois envolvem questões políticas e não motivos pessoais. Classificou o pedido como uma tentativa de fugir de responsabilizações e afirmou que se trata de abandono de mandato. Por fim, cobrou da Mesa Diretora uma posição sobre o caso,



Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 24.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 18/03/2025

alertando para o risco de outros Parlamentares utilizarem esse mecanismo para evitar consequências de seus atos políticos.

#### **ORDEM DO DIA**

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei Complementar nº 58, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 172, de 15 de abril de 2020, para conceder prazo para que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios executem atos de transposição e de transferência e atos de transposição e de reprogramação, respectivamente.

Rodolfo Nogueira (PL - MS) - O Deputado registrou a presença do Vereador Marcelo Mourão, de Dourados (MS), para discutir a concessão da BR-163 à CCR. Criticou a concessionária por não ter concluído nenhuma das obras previstas, mesmo após mais de dez anos de arrecadação de pedágios. Destacou que a duplicação da via, aguardada pela população de Mato Grosso do Sul, segue inacabada. Por último, anunciou uma audiência na Câmara Municipal de Dourados para cobrar a CCR e defender a suspensão do pagamento do pedágio até a realização de um novo leilão.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada anunciou o protocolo da Proposta de Emenda à Constituição nº 11, de 2025, que visa autorizar o Tribunal de Contas da União a fiscalizar Itaipu. Destacou que a usina binacional opera sem a devida fiscalização, devido à ausência de um acordo formal. Afirmou que R\$ 5 bilhões foram desviados sem licitação, reforçando a necessidade de maior transparência.

Alfredinho (PT - SP) - O Deputado registrou a presença do Vereador Dheison Silva, de São Paulo (SP), que visitou a Câmara dos Deputados. Destacou a trajetória de Dheison, eleito em 2024 com mais de 30 mil votos, e o apontou como seu sucessor na Câmara Municipal de São Paulo (SP). Elogiou a determinação e o compromisso do Vereador, desejando-lhe um mandato de sucesso na capital paulista.

Mauro Benevides Filho (PDT - CE) - O Deputado explicou que o Projeto de Lei Complementar nº 58, de 2025em debate permitirá que Estados e Municípios utilizem recursos de 2020 a 2023 que não foram aplicados, conforme suas prioridades. Destacou que, atualmente, verbas da saúde são segmentadas e muitas não podem ser realocadas. Ademais, ressaltou que a proposta busca dar flexibilidade aos novos gestores municipais para utilizar esses valores em custeio e investimento. Dessa forma, cerca de R\$ 2 bilhões poderão ser movimentados até dezembro de 2025, aliviando a situação financeira das Prefeituras.



Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação - DETAQ

Sumário da Sessão nº 24.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 18/03/2025

**Hildo Rocha (MDB - MA) -** O Deputado proferiu parecer ao Projeto de Lei Complementar nº 58, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 172, de 15 de abril de 2020, para conceder prazo para que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios executem atos de transposição e de transferência e atos de transposição e de reprogramação, respectivamente.

**Gilson Daniel (PODE - ES) -** O Deputado discutiu o Projeto de Lei Complementar nº 58, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 172, de 15 de abril de 2020, para conceder prazo para que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios executem atos de transposição e de transferência e atos de transposição e de reprogramação, respectivamente.

Capitão Alberto Neto (PL - AM) - O Deputado expressou indignação com o que classificou como perseguição judicial contra o Deputado Eduardo Bolsonaro. Afirmou que a atuação do Judiciário ameaça a imunidade parlamentar prevista no artigo 53 da Constituição. Por fim, defendeu a união do Parlamento para garantir sua autonomia e impedir o que chamou de "ditadura da toga" no Brasil.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei Complementar nº 58, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 172, de 15 de abril de 2020, para conceder prazo para que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios executem atos de transposição e de transferência e atos de transposição e de reprogramação, respectivamente. Além disso, comparou a gestão atual da saúde no combate à dengue com a resposta à Covid-19 no Governo anterior. Destacou que muitos recursos enviados ainda não foram totalmente utilizados, reforçando o compromisso de Bolsonaro com o País.

**Helder Salomão (PT - ES)** - O Deputado discutiu o Projeto de Lei Complementar nº 58, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 172, de 15 de abril de 2020, para conceder prazo para que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios executem atos de transposição e de transferência e atos de transposição e de reprogramação, respectivamente.

Pastor Henrique Vieira (PSOL - RJ) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei Complementar nº 58, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 172, de 15 de abril de 2020, para conceder prazo para que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios executem atos de transposição e de transferência e atos de transposição e de reprogramação, respectivamente.

Luiz Carlos Busato (UNIÃO - RS) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei Complementar nº 58, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 172, de 15 de abril de 2020, para conceder prazo para que os Estados, o Distrito



Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 24.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 18/03/2025

Federal e os Municípios executem atos de transposição e de transferência e atos de transposição e de reprogramação, respectivamente. Além disso, abordou uma preocupação com a divulgação, nas redes sociais, de clínicas que realizam abortos ilegais. Sugeriu ao Executivo e ao Ministério da Saúde que investiguem esses sites, que oferecem serviços de aborto de forma ilegal e com pagamento, questionando a capacitação das clínicas e o cumprimento da legislação.

**Zé Trovão (PL - SC) -** O Deputado criticou a perseguição política do Judiciário. Mencionou a saída temporária de um Deputado Federal do cargo para evitar uma possível prisão e afirmou que a atuação judicial tem sido implacável contra aqueles que defendem a liberdade e a democracia. Declarou que juízes e setores da Esquerda responsáveis por essa perseguição enfrentarão consequências.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei Complementar nº 58, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 172, de 15 de abril de 2020, para conceder prazo para que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios executem atos de transposição e de transferência e atos de transposição e de reprogramação, respectivamente. Além disso, expressou indignação diante do que considera perseguição política contra Eduardo Bolsonaro. Criticou a demora da Procuradoria-Geral da República para se manifestar sobre um pedido de apreensão do passaporte do Deputado. Classificou a situação como uma "distopia" e um "deboche", afirmando que há uma tentativa de intimidação contra Parlamentares.

Aliel Machado (PV - PR) - O Deputado denunciou a crise de abastecimento de água em Ponta Grossa (PR), atribuindo a responsabilidade à Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar), que estaria priorizando lucros em vez do atendimento à população. Destacou que a falta de água tem afetado famílias, empresários, escolas e unidades de saúde. Responsabilizou também o Governo do Estado e a Agência Reguladora do Paraná, destacando que continuará pressionando por medidas legais, incluindo possíveis sanções criminais contra os gestores da Sanepar.

Eli Borges (PL - TO) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei Complementar nº 58, de 2025, altera a Lei Complementar nº 172, de 15 de abril de 2020, para conceder prazo para que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios executem atos de transposição e de transferência e atos de transposição e de reprogramação, respectivamente.

Ana Paula Lima (PT - SC) - A Deputada registrou a comemoração dos 91 anos de emancipação político-administrativa de Gaspar, em Santa Catarina. Parabenizou a população do Município, localizado no Vale do Itajaí, e destacou os festejos que ocorrerão na cidade.



Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação - DETAQ

Sumário da Sessão nº 24.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 18/03/2025

Jack Rocha (PT - ES) - A Deputada discutiu o Projeto de Lei Complementar nº 58, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 172, de 15 de abril de 2020, para conceder prazo para que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios executem atos de transposição e de transferência e atos de transposição e de reprogramação, respectivamente.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado parabenizou os responsáveis pela exposição sobre o Holocausto no Senado Federal, destacando a importância de relembrar esse momento trágico da história. Classificou a mostra como a mais completa e bem-feita que já viu no Congresso e convidou Deputados, Senadores, servidores e visitantes a conhecerem a exposição, que retrata o extermínio de 6 milhões de judeus pelos nazistas.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado encaminhou a votação do Projeto de Lei Complementar nº 58, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 172, de 15 de abril de 2020, para conceder prazo para que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios executem atos de transposição e de transferência e atos de transposição e de reprogramação, respectivamente.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada encaminhou a votação do Projeto de Lei Complementar nº 58, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 172, de 15 de abril de 2020, para conceder prazo para que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios executem atos de transposição e de transferência e atos de transposição e de reprogramação, respectivamente. Além disso, destacou investimentos do Governo Federal na saúde, como a contratação de mais médicos, a ampliação do Farmácia Popular e a meta de zerar a fila de consultas com especialistas. Mencionou também o projeto de isenção do Imposto de Renda para quem ganha até 5 mil reais, beneficiando nove em cada dez trabalhadores. Por fim, criticou a condução do Governo anterior na pandemia do coronavírus.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei Complementar nº 58, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 172, de 15 de abril de 2020, para conceder prazo para que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios executem atos de transposição e de transferência e atos de transposição e de reprogramação, respectivamente.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei Complementar nº 58, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 172, de 15 de abril de 2020, para conceder prazo para que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios executem atos de transposição e de transferência e atos de transposição e de reprogramação, respectivamente. Ademais, destacou a precariedade da saúde pública ao



Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 24.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 18/03/2025

relatar o caso de Ibiraiaras (RS), onde a falta de um aparelho de Raios X obriga moradores a disputarem exames com animais em uma clínica veterinária. Diante disso, afirmou ter indicado recursos para solucionar o problema e reforçou seu voto favorável à proposta.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado criticou a condução da pandemia pelo ex-Presidente, destacando a falta de vacinas e a promoção da cloroquina, que não tem eficácia contra a Covid-19. Afirmou que, enquanto faltaram respeito e medidas adequadas para salvar vidas, sobraram escândalos, como casos de propina na compra de vacinas e declarações desrespeitosas em relação às vítimas da pandemia.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do Projeto de Lei Complementar nº 58, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 172, de 15 de abril de 2020, para conceder prazo para que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios executem atos de transposição e de transferência e atos de transposição e de reprogramação, respectivamente. Além disso, criticou o Governo Bolsonaro, comparando a responsabilidade do atual Governo com a irresponsabilidade do Governo anterior, citando o negacionismo em relação às vacinas e o desrespeito aos que morreram devido à Covid-19.

Eli Borges (PL - TO) - O Deputado iniciou sua fala abordando a questão da dengue, mencionando que, enquanto o País enfrenta uma epidemia, a vacina contra a doença não recebe a mesma atenção dada à vacina da Covid-19. Destacou que o Governo Bolsonaro disponibilizou recursos, com 2 bilhões de reais ainda disponíveis para o SUS. Fez também uma reflexão sobre a situação política atual, mencionando o Deputado Eduardo Bolsonaro e questionando a perseguição judicial contra figuras ligadas ao ex-Presidente, enfatizando que, para aqueles com o "carimbo Bolsonaro", os problemas parecem ser mais intensos.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei Complementar nº 58, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 172, de 15 de abril de 2020, para conceder prazo para que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios executem atos de transposição e de transferência e atos de transposição e de reprogramação, respectivamente. Além disso, criticou o Governo Lula, acusando-o de mentir ao atribuir as mortes da pandemia ao ex-Presidente Bolsonaro. Afirmou que, durante a crise sanitária, não faltaram recursos para os Estados e Municípios e que todas as vacinas foram adquiridas, apesar de serem experimentais na época. Destacou também que o Brasil enfrenta dificuldades econômicas sob a atual gestão e acusou o Governo de estelionato eleitoral.

Maria do Rosário (PT - RS) - A Deputada orientou a bancada na votação do Projeto de Lei Complementar nº 58, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 172, de 15 de abril de 2020, para conceder prazo para que os



Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 24.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 18/03/2025

Estados, o Distrito Federal e os Municípios executem atos de transposição e de transferência e atos de transposição e de reprogramação, respectivamente. Ressaltou a prioridade do Governo Lula com a saúde, afirmando que medidas como a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até 5 mil reais estão melhorando a renda das famílias brasileiras. Criticou o Governo Bolsonaro, afirmando que a responsabilidade do Governo Lula com o SUS é incomparável, em contraste com o que chamou de irresponsabilidade do Governo anterior, que negou vacinas e desrespeitou as vítimas da pandemia.

Pastor Henrique Vieira (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei Complementar nº 58, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 172, de 15 de abril de 2020, para conceder prazo para que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios executem atos de transposição e de transferência e atos de transposição e de reprogramação, respectivamente. Além disso, afirmou que essa medida permitirá o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS), com foco na universalidade, integralidade e gratuidade dos serviços.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada criticou a situação da saúde pública no Distrito Federal, destacando que o tempo médio de espera por uma consulta chega a 150,3 dias, o maior do Brasil. Comparou com os Estados do Piauí e da Bahia, governados pelo Partido dos Trabalhadores (PT), onde a espera é significativamente menor (10,8 e 12,5 dias, respectivamente). Citou ainda casos extremos no DF, como 252 dias de espera por cirurgia de mama e 531 dias para consulta em cirurgia pediátrica. Concluiu responsabilizando o Governador do DF, acusando-o de ferir a dignidade da população.

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado encaminhou a votação do §1º do art. 5º da Lei Complementar nº 172, de 2020, com redação dada pelo art. 1º do Projeto de Lei Complementar nº 58, de 2025, que altera a referida ei, para conceder prazo para que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios executem atos de transposição e de transferência e atos de transposição e de reprogramação, respectivamente. Na oportunidade, explicou que esse trecho garante planejamento, transparência e rastreabilidade no uso dos recursos. Além disso, afirmou que o planejamento do Sistema Único de Saúde (SUS) é amplo e não impede a aplicação eficiente.

Mauro Benevides Filho (PDT - CE) - O Deputado posicionou-se contra o destaque, sobre a utilização de recursos parados da saúde, apresentado ao Projeto de Lei Complementar nº 58, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 172, de 2020, para conceder prazo para que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios executem atos de transposição e de transferência e atos de transposição e de reprogramação, respectivamente. Argumentou que, se for mantida a exigência de cumprimento estrito do uso previamente



Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 24.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 18/03/2025

definido, como propõe o destaque, o dinheiro continuará sem uso, mesmo após o objetivo original ter sido cumprido, citando, como exemplo, casos em que sobra verba após licitações. Além disso, defendeu o texto original, ressaltando que o projeto atual permite que esses recursos excedentes sejam realocados para outras finalidades dentro da saúde, como custeio, investimento ou vacinação.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do §1º do art. 5º da Lei Complementar nº 172, de 2020, com redação dada pelo art. 1º do Projeto de Lei Complementar nº 58, de 2025, que altera a referida Lei, para conceder prazo para que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios executem atos de transposição e de transferência e atos de transposição e de reprogramação, respectivamente. Aproveitou para demonstrar solidariedade ao Deputado Eduardo Bolsonaro, que estaria se licenciando do mandato e permanecendo nos Estados Unidos por temer ter seu passaporte apreendido no Brasil. Classificou a situação como absurda e criticou a atuação da Procuradoria-Geral da República (PGR), que, segundo ele, permaneceu inerte por 18 dias e só se manifestou após Eduardo declarar que não retornaria ao país. Por fim, expressou sentimento de descrença com a justiça brasileira.

Fernanda Melchionna (PSOL - RS) - A Deputada orientou a bancada na votação do §1º do art. 5º da Lei Complementar nº 172, de 2020, com redação dada pelo art. 1º do Projeto de Lei Complementar nº 58, de 2025, que altera a referida lei, para conceder prazo para que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios executem atos de transposição e de transferência e atos de transposição e de reprogramação, respectivamente. Na oportunidade, criticou a decisão do Deputado Eduardo Bolsonaro de se licenciar do mandato. Classificou o gesto como uma tentativa de fugir das responsabilidades pelos crimes que teria cometido, especialmente relacionados à tentativa de golpe de 8 de janeiro de 2023. Afirmou que ele ataca os interesses do Brasil ao colaborar com a extrema direita internacional, o que configuraria crime de lesa-pátria. Ironizou a decisão da Procuradoria-Geral da República (PGR) de não apreender seu passaporte e chamou a família Bolsonaro de "fujões" e "covardes". Finalizou dizendo que a manifestação realizada no domingo foi um fracasso e que o "tic-tac" da prisão está próximo.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado orientou a bancada na votação do §1º do art. 5º da Lei Complementar nº 172, de 2020, com redação dada pelo art. 1º do Projeto de Lei Complementar nº 58, de 2025, que altera a referida ei, para conceder prazo para que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios executem atos de transposição e de transferência e atos de transposição e de reprogramação, respectivamente.



Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 24.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 18/03/2025

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do §1º do art. 5º da Lei Complementar nº 172, de 2020, com redação dada pelo art. 1º do Projeto de Lei Complementar nº 58, de 2025, que altera a referida lei, para conceder prazo para que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios executem atos de transposição e de transferência e atos de transposição e de reprogramação, respectivamente. Em seguida, defendeu o Deputado Gustavo Gayer, alegando que ele estaria sendo atacado injustamente e que a indignação deveria ser dirigida ao Presidente Lula, que nomeou uma mulher destacando sua aparência.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do §1º do art. 5º da Lei Complementar nº 172, de 2020, com redação dada pelo art. 1º do Projeto de Lei Complementar nº 58, de 2025, que altera a referida lei, para conceder prazo para que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios executem atos de transposição e de transferência e atos de transposição e de reprogramação, respectivamente; defendendo a flexibilização de recursos da saúde para melhor aplicação nos Municípios, na área da saúde. Na oportunidade, criticou uma fala considerada misógina e criminosa do Deputado Gustavo Gayer, classificando-a como machista e desrespeitosa com a Ministra de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann, e com o Presidente do Congresso.

Delegado Caveira (PL - PA) - O Deputado orientou a bancada na votação do §1º do art. 5º da Lei Complementar nº 172, de 2020, com redação dada pelo art. 1º do Projeto de Lei Complementar nº 58, de 2025, que altera a referida lei, para conceder prazo para que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios executem atos de transposição e de transferência e atos de transposição e de reprogramação, respectivamente. Na oportunidade, defendeu o Deputado Gustavo Gayer, afirmando que ele apenas apoiou as mulheres, em contraste com críticas ao Presidente Lula, a quem acusou de declarações e episódios de violência envolvendo seu filho. Criticou a esquerda por, segundo ele, silenciar diante dessas situações.

**Dorinaldo Malafaia (PDT - AP) -** O Deputado declarou apoio ao Projeto de Lei Complementar nº 58, de 2025, que altera a referida a Lei Complementar nº 172, de 2020, para conceder prazo para que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios executem atos de transposição e de transferência e atos de transposição e de reprogramação, respectivamente, por sua importância às Prefeituras. Em seguida, criticou membros da Oposição, acusou o Deputado Gustavo Gayer de misoginia e de ter "arregado" após a reação do Presidente do Congresso, Senador Davi Alcolumbre. Criticou também o Deputado Eduardo Bolsonaro por fugir do país e agir contra o Brasil, classificando sua atuação como crime de lesa-pátria. Por fim, relembrou o episódio em que Eduardo Bolsonaro falou sobre fechar o Supremo Tribunal Federal (STF) com "um cabo e um soldado", dizendo que agora ele recua e age como "lambe-botas dos americanos".



Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 24.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 18/03/2025

Tadeu Veneri (PT - PR) - O Deputado orientou a bancada na votação do §1º do art. 5º da Lei Complementar nº 172, de 2020, com redação dada pelo art. 1º do Projeto de Lei Complementar nº 58, de 2025, que altera a referida lei, para conceder prazo para que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios executem atos de transposição e de transferência e atos de transposição e de reprogramação, respectivamente. Em seguida, criticou o Deputado Gustavo Gayer por não comparecer ao plenário para se justificar após declarações ofensivas à Ministra de Relações Institucionais, Gleisi Hoffmann. Chamou sua atitude de covarde e disse que um homem decente assume o que fala, em vez de apagar postagens e fugir da responsabilidade.

Reinhold Stephanes (PSD - PR) - O Deputado orientou a bancada na votação do §1º do art. 5º da Lei Complementar nº 172, de 2020, com redação dada pelo art. 1º do Projeto de Lei Complementar nº 58, de 2025, que altera a referida lei, para conceder prazo para que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios executem atos de transposição e de transferência e atos de transposição e de reprogramação, respectivamente. Em seguida, defendeu o Deputado Gustavo Gayer, afirmando que o Presidente Lula é quem frequentemente faz declarações ofensivas de cunho sexual contra mulheres, classificando-o como machista.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada encaminhou a votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei Complementar nº 22, de 2025, que dispõe sobre extensão do prazo para liquidação de restos a pagar não processados de que trata o art. 172 da Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024).

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei Complementar nº 22, de 2025, que dispõe sobre extensão do prazo para liquidação de restos a pagar não processados de que trata o art. 172 da Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024).

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei Complementar nº 22, de 2025, que dispõe sobre extensão do prazo para liquidação de restos a pagar não processados de que trata o art. 172 da Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024). Em seguida, classificou como "chocante e estarrecedor" o fato de o Deputado Eduardo Bolsonaro optar por permanecer fora do Brasil, alegando temor de ter o passaporte apreendido. Além disso, destacou que a Procuradoria-Geral da República (PGR) demorou 18 dias para se manifestar, mas agiu rapidamente após a decisão de Eduardo, e chamou o episódio de prova de injustiça, perseguição política e da suposta falta de democracia no Brasil.



Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 24.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 18/03/2025

Talíria Petrone (PSOL - RJ) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 22, de 2025, que dispõe sobre extensão do prazo para liquidação de restos a pagar não processados de que trata o art. 172 da Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024).

Lídice da Mata (PSB - BA) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 22, de 2025, que dispõe sobre extensão do prazo para liquidação de restos a pagar não processados de que trata o art. 172 da Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024).

**Gilson Daniel (PODE - ES) -** O Deputado manifestou sua posição contrária ao Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 22, de 2025, que dispõe sobre extensão do prazo para liquidação de restos a pagar não processados de que trata o art. 172 da Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024). Argumentou que a proposição não poderia constar na pauta, pois representa o retorno do orçamento secreto e dos restos a pagar não processados de 2019, que superam 17 bilhões de reais.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 22, de 2025, que dispõe sobre extensão do prazo para liquidação de restos a pagar não processados de que trata o art. 172 da Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024).

Maria Arraes (SOLIDARIEDADE - PE) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 22, de 2025, que dispõe sobre extensão do prazo para liquidação de restos a pagar não processados de que trata o art. 172 da Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024).

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada defendeu o Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 22, de 2025, que dispõe sobre extensão do prazo para liquidação de restos a pagar não processados de que trata o art. 172 da Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024). Ademais, esclareceu que a proposição exclui da revalidação dos recursos as obras ou convênios com indícios de irregularidades. Além disso, afirmou que o Distrito Federal irá recuperar 125 milhões de reais para a realização de obras em benefício da população.



Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 24.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 18/03/2025

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 22, de 2025, que dispõe sobre extensão do prazo para liquidação de restos a pagar não processados de que trata o art. 172 da Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024). Ademais, desafiou os Parlamentares a agirem contra a interferência do Supremo Tribunal Federal (STF) no Poder Legislativo, que enfraquece a democracia e viola a Constituição e o princípio da independência dos Poderes. Além disso, criticou a decisão do Ministro do STF, Flávio Dino, que suspendeu quatro emendas constitucionais relativas ao pagamento de emendas parlamentares.

Sanderson (PL - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 22, de 2025, que dispõe sobre extensão do prazo para liquidação de restos a pagar não processados de que trata o art. 172 da Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024). Ademais, afirmou que a Oposição continuará lutando pela democracia e não aceitará perseguição nem os gastos abusivos do Governo Lula. Além disso, lamentou o autoexílio do Deputado Eduardo Bolsonaro devido à perseguição política.

**Helder Salomão (PT - ES) -** O Deputado criticou a fuga do Deputado Eduardo Bolsonaro para os Estados Unidos assim como o seu pai, ex-Presidente Jair Bolsonaro, fez antes do término de seu mandato.

Danilo Forte (UNIÃO - CE) - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 22, de 2025, que dispõe sobre extensão do prazo para liquidação de restos a pagar não processados de que trata o art. 172 da Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024).

**Bibo Nunes (PL - RS) -** O Deputado criticou a demora da decisão do Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, pelo arquivamento do pedido de cassação do passaporte do Deputado Eduardo Bolsonaro. Ademais, alegou que o arquivamento só ocorreu após a decisão do referido Parlamentar de se afastar do País.

**Zucco (PL - RS) -** O Deputado destacou o momento crucial na luta pela liberdade e democracia no Brasil, ressaltando a importância do gesto do Deputado Eduardo Bolsonaro de se licenciar do mandato e permanecer nos Estados Unidos. Ademais, afirmou que a Oposição se solidariza com o Parlamentar, apoiando sua missão histórica de denunciar os abusos do Supremo Tribunal Federal (STF) e a perseguição à Direita. Além disso, condenou o ativismo judicial, especialmente do Ministro Alexandre de Moraes, e a atuação da Procuradoria-Geral da República (PGR), lamentando que a decisão pelo arquivamento do pedido de cassação



Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 24.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 18/03/2025

do passaporte parlamentar só tenha ocorrido após a decisão do Deputado Eduardo Bolsonaro deixar o País. Por fim, reforçou o compromisso da Oposição com a liberdade de expressão, a autonomia dos mandatos parlamentares e o respeito à Constituição, e defendeu a restauração do Estado Democrático de Direito no Brasil.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado celebrou o Projeto de Lei nº 1.087, de 2025, do Presidente Lula, que visa isentar de Imposto de Renda os cidadãos com renda de até 5 mil reais, destacando o impacto positivo para 20 milhões de brasileiros. Ademais, ressaltou que a proposição, além de beneficiar os trabalhadores, ajudaria a estimular a economia e a gerar mais empregos. Além disso, criticou a falta de correção da tabela de Imposto de Renda nos últimos sete anos, o que resultou em uma injustiça tributária, penalizando os trabalhadores de baixa renda. Adicionalmente, defendeu a tributação das rendas mais elevadas, enfatizando que um imposto mínimo de 10% será aplicado aos contribuintes que ganham acima de 50 mil reais. Por fim, repudiou a confusão entre liberdade de expressão e crime, criticando a Oposição.

Sóstenes Cavalcante (PL - RJ) - O Deputado afirmou que a democracia brasileira está enfraquecida e denunciou a interferência do Supremo Tribunal Federal (STF) na política. Ademais, criticou a prisão do Deputado Federal Daniel Silveira e a ausência de um espírito de corpo na Câmara dos Deputados para proteger a instituição. Além disso, ressaltou que a decisão do Deputado Eduardo Bolsonaro de permanecer nos Estados Unidos e não assumir a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional é uma derrota para os seus inimigos. Adicionalmente, reprovou o Partido dos Trabalhadores (PT) por recorrer ao Judiciário para influenciar a política, argumentando que a disputa deve ocorrer no Parlamento. Condenou ainda as penas severas aplicadas aos manifestantes do dia 8 de janeiro de 2023 e defendeu a aprovação do projeto de anistia. Advertiu também que a falta de equilíbrio entre os Poderes compromete a democracia. Por fim, afirmou a derrota do PT nas eleições de 2026 e manifestou apoio ao Deputado Eduardo Bolsonaro, afirmando que a bancada seguirá lutando no Brasil.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado criticou os Parlamentares do Partido dos Trabalhadores (PT) pela interrupção do pronunciamento do Líder do Partido Liberal (PL). Adicionalmente, afirmou que o Projeto de Lei Complementar nº 22, de 2025, que dispõe sobre extensão do prazo para liquidação de restos a pagar não processados de que trata o art. 172 da Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024), resgata emendas que não foram ainda pagas. Ademais, condenou a decisão do Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Flávio Dino, de cancelar o orçamento público da União e de violar quatro emendas constitucionais para impedir o pagamento de emendas parlamentares individuais, suprimindo as prerrogativas do Congresso Nacional. Por fim, defendeu a paralisação das votações até o



Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação - DETAQ

Sumário da Sessão nº 24.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 18/03/2025

retorno do Estado Democrático de Direito e denunciou o exílio político do Deputado Eduardo Bolsonaro devido à ditadura da toga.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada apresentou questão de ordem para questionar o uso da palavra na fase de discussão para abordar temas distintos à proposição em análise. Ademais, destacou o nervosismo da Oposição em virtude do comparecimento abaixo da expectativa na manifestação pública em Copacabana, ressaltou que alguns fogem para não responder por seus crimes à Justiça e criticou os que se dizem defensores da democracia, mas planejaram um golpe de Estado e assassinato político. Por fim, enfatizou que o povo repudia anistia para golpistas.

Kim Kataguiri (UNIÃO - SP) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei Complementar nº 22, de 2025, que dispõe sobre extensão do prazo para liquidação de restos a pagar não processados de que trata o art.172 da Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024).

Nikolas Ferreira (PL - MG) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei Complementar nº 22, de 2025, que dispõe sobre extensão do prazo para liquidação de restos a pagar não processados de que trata o art.172 da Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024).

Sóstenes Cavalcante (PL - RJ) - O Deputado apresentou questão de ordem, com base no Regimento Interno, defendendo o respeito aos oradores na tribuna e afirmou que a desordem compromete o bom relacionamento entre os Parlamentares. Também ressaltou que cabe à Presidência garantir a palavra de quem discursa, lembrando que o Presidente Hugo Motta já havia alertado sobre a necessidade de manter a civilidade nos debates.

Adriana Ventura (NOVO - SP) - A Deputada discutiu o Projeto de Lei Complementar nº 22, de 2025, que dispõe sobre extensão do prazo para liquidação de restos a pagar não processados de que trata o art.172 da Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024).

**Erika Kokay (PT - DF) -** A Deputada apresentou questão de ordem cobrando providências da Presidência diante de desvios no debate Parlamentar. Citando o artigo 17, destacou que cabe ao Presidente advertir e, se necessário, retirar a palavra de quem se afastar do tema em discussão.



Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 24.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 18/03/2025

Defensor Stélio Dener (REPUBLICANOS - RR) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei Complementar nº 22, de 2025, que dispõe sobre extensão do prazo para liquidação de restos a pagar não processados de que trata o art.172 da Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024).

Glauber Braga (PSOL - RJ) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei Complementar nº 22, de 2025, que dispõe sobre extensão do prazo para liquidação de restos a pagar não processados de que trata o art.172 da Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024). Além disso, questionou a legalidade da substituição de autoria de emendas por Líderes partidários e destacou que o PSOL acionou o STF sobre o caso. Acrescentou que o Ministro Flávio Dino solicitou informações à AGU, à Câmara e ao Senado sobre a medida.

Jack Rocha (PT - ES) - A Deputada discutiu o Projeto de Lei Complementar nº 22, de 2025, que dispõe sobre extensão do prazo para liquidação de restos a pagar não processados de que trata o art.172 da Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024).

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei Complementar nº 22, de 2025, que dispõe sobre extensão do prazo para liquidação de restos a pagar não processados de que trata o art.172 da Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024).

Lenir de Assis (PT - PR) - A Deputada discutiu o Projeto de Lei Complementar nº 22, de 2025, que dispõe sobre extensão do prazo para liquidação de restos a pagar não processados de que trata o art.172 da Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024).

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei Complementar nº 22, de 2025, que dispõe sobre extensão do prazo para liquidação de restos a pagar não processados de que trata o art.172 da Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024).

Glauber Braga (PSOL - RJ) - O Deputado respondeu a uma declaração do Deputado Nikolas Ferreira, que afirmou que ele merecia prisão perpétua por "falar muita besteira". Questionou qual seria a afirmação contestada e associou a crítica à sua denúncia sobre o uso do orçamento secreto pelo PL. Também destacou que metade dos dez Deputados mais beneficiados pelo esquema pertencia ao partido e que três membros da legenda respondiam a processos no STF por desvios de recursos. Por fim, citou a anulação de R\$ 4 bilhões destinados a Municípios do Rio de Janeiro, sendo a maioria administrada pelo PL.



Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 24.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 18/03/2025

**Nikolas Ferreira (PL - MG) -** O Deputado rebateu Glauber Braga, negando tê-lo acusado de crime e afirmando que sua fala sobre "prisão perpétua" foi irônica. Criticou Glauber por distorcer sua declaração para criar palanque e defendeu que, se falar besteira fosse crime, muitos Parlamentares seriam punidos. Também citou casos envolvendo membros do PSOL, incluindo uma Vereadora presa e um Deputado ligado a um escândalo de emendas.

Eli Borges (PL - TO) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei Complementar nº 22, de 2025, que dispõe sobre extensão do prazo para liquidação de restos a pagar não processados de que trata o art.172 da Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024).

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei Complementar nº 22, de 2025, que dispõe sobre extensão do prazo para liquidação de restos a pagar não processados de que trata o art.172 da Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024).

Gilson Daniel (PODE - ES) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei Complementar nº 22, de 2025, que dispõe sobre extensão do prazo para liquidação de restos a pagar não processados de que trata o art.172 da Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024).

Pastor Henrique Vieira (PSOL - RJ) - O Deputado discutiu o Projeto de Lei Complementar nº 22, de 2025, que dispõe sobre extensão do prazo para liquidação de restos a pagar não processados de que trata o art. 172 da Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024).

Fernanda Melchionna (PSOL - RS) - A Deputada discutiu o Projeto de Lei Complementar nº 22, de 2025, que dispõe sobre extensão do prazo para liquidação de restos a pagar não processados de que trata o art. 172 da Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024).

Danilo Forte (UNIÃO - CE) - O Deputado esclareceu pontos do Projeto de Lei Complementar nº 22, de 2025, argumentando que não há ressurgimento da RP9, pois as regras para o encaminhamento de emendas foram alteradas pela Lei Complementar nº 210, aprovada no ano passado. Destacou que a mudança ocorreu na Instrução Normativa nº 1, que impactou a construção do Orçamento do próximo ano, e não na votação dos Restos a Pagar. Ressaltou que R\$ 1,2 bilhão desses recursos serão destinados a programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), sem interferência de Parlamentares na escolha de obras. Reafirmou sua oposição ao chamado orçamento secreto e defendeu a transparência nas emendas. Também citou a destinação de R\$ 40 milhões para a construção de um campus da Universidade Federal do Ceará em Itapajé



Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 24.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 18/03/2025

(CE) como parte de seu legado político. Por fim, enfatizou que irregularidades devem ser combatidas pelos órgãos de controle.

Eli Borges (PL - TO) - O Deputado orientou a bancada na votação do Substitutivo ao Projeto de Lei Complementar nº 22, de 2025, que dispõe sobre extensão do prazo para liquidação de restos a pagar não processados de que trata o art. 172 da Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024).

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado apresentou questão de ordem fundamentada nos artigos 95 e 162, inciso IV, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, pedindo à Mesa Diretora a revisão do indeferimento de um destaque apresentado pela Federação PSOL/REDE ao Projeto de Lei Complementar nº 22, de 2025, que buscava suprimir a revalidação de restos a pagar legitimamente cancelados em 2024. Argumentou que essa reativação contraria o princípio do ato jurídico perfeito, gerando insegurança jurídica e comprometendo a lisura do processo orçamentário. Por fim, anunciou que recorrerá ao Supremo Tribunal Federal contra a decisão da Presidência.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do Substitutivo ao Projeto de Lei Complementar nº 22, de 2025, que dispõe sobre extensão do prazo para liquidação de restos a pagar não processados de que trata o art. 172 da Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024). Apesar de manifestar apoio à proposta, criticou a disparidade na distribuição dos valores, apontando que o Amapá receberá mais de R\$ 500 milhões, enquanto o Rio Grande do Sul ficará com menos de R\$ 80 milhões.

Gilson Daniel (PODE - ES) - O Deputado orientou a bancada na votação do Substitutivo ao Projeto de Lei Complementar nº 22, de 2025, que dispõe sobre extensão do prazo para liquidação de restos a pagar não processados de que trata o art. 172 da Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024).

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do Substitutivo ao Projeto de Lei Complementar nº 22, de 2025, que dispõe sobre extensão do prazo para liquidação de restos a pagar não processados de que trata o art. 172 da Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024).



Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 24.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 18/03/2025

Tarcísio Motta (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do Substitutivo ao Projeto de Lei Complementar nº 22, de 2025, que dispõe sobre extensão do prazo para liquidação de restos a pagar não processados de que trata o art. 172 da Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024).

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado orientou a bancada na votação do Substitutivo ao Projeto de Lei Complementar nº 22, de 2025, que dispõe sobre extensão do prazo para liquidação de restos a pagar não processados de que trata o art. 172 da Lei nº 14.791, de 29 de dezembro de 2023 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024). Além disso, criticou o Governador da Paraíba por divulgar informações falsas sobre reajustes salariais para as forças de segurança. Afirmou que, apesar do anúncio de um aumento de 20%, apenas 5% foram concedidos até o momento. Destacou que, mesmo com a promessa de reajuste até o final do ano, os policiais do Estado continuarão com os menores salários do País. Ao concluir, apelou à bancada federal para pressionar o Governo Estadual por melhores condições para os profissionais da segurança pública e reafirmou seu compromisso com a categoria.

Pastor Henrique Vieira (PSOL - RJ) - O Deputado defendeu a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil, destacando que a medida corrige distorções do sistema tributário, que historicamente cobra mais do trabalho do que do capital. Argumentou que a isenção será compensada pela taxação dos 0,2% mais ricos, sem impacto fiscal negativo, e que aumentará o poder de compra dos trabalhadores. Também criticou o Deputado Eduardo Bolsonaro, acusando-o de covardia por permanecer nos Estados Unidos diante de investigações sobre tentativa de golpe. Rejeitou a narrativa de perseguição política e repudiou discursos de setores da extrema direita, afirmando que não deve haver anistia para envolvidos em atos antidemocráticos.

Gilson Daniel (PODE - ES) - O Deputado registrou a visita da Comissão Especial sobre Prevenção e Auxílio a Desastres ao Rio Grande do Sul para acompanhar a aplicação de recursos federais no Estado. Destacou reuniões da comitiva com o Prefeito de Porto Alegre, o Governador Eduardo Leite e a Defesa Civil, elogiando a atuação do órgão durante a crise. Também ouviu entidades sociais e atingidos para avaliar as necessidades locais. Além disso, relatou como estão os trabalhos de reconstrução nos Municípios de Eldorado do Sul (RS) e Canoas (RS). Ao finalizar, defendeu uma audiência pública para fiscalizar a destinação dos recursos aprovados pelo Parlamento e reforçou o compromisso com ações de apoio ao Estado.

**Dorinaldo Malafaia (PDT - AP) -** O Deputado defendeu a aprovação do projeto de lei complementar que destina 4 bilhões de reais para a continuidade de obras já iniciadas, ressaltando que não se trata de novos recursos, mas de valores previamente aplicados. Parabenizou o Senador Randolfe Rodrigues, autor da



Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 24.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 18/03/2025

proposta, e o Presidente do Congresso, Senador Davi Alcolumbre, pela articulação política. Também destacou a importância da verba para o Amapá, um Estado pequeno e com desigualdades regionais significativas, enfatizando a necessidade de investimento para o desenvolvimento local. Como coordenador da bancada, elogiou a atuação dos representantes do Estado e reforçou que os recursos não podem ser desperdiçados.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado comentou a decisão do Deputado Eduardo Bolsonaro de permanecer nos Estados Unidos e ceder temporariamente sua vaga na Câmara, classificando-a como resultado de perseguição política. Afirmou que a possibilidade de apreensão de passaporte ou prisão do Deputado reforça a tese de repressão à Oposição. Também criticou a atuação do Ministro Alexandre de Moraes e mencionou a influência do Poder Executivo sobre o Judiciário. A seguir, defendeu a liberdade de expressão no Parlamento e acusou adversários políticos de tentarem cassar o passaporte de Eduardo Bolsonaro. Por fim, pontuou que a decisão do Deputado evidencia um cenário de enfraquecimento do Judiciário e expõe o Brasil internacionalmente.

Reimont (PT - RJ) - O Deputado registrou um debate realizado no Rio de Janeiro sobre a valorização de todos os profissionais da saúde. Relatou que o encontro reuniu representantes dos Conselhos de Fisioterapia, Enfermagem, Farmácia, Biologia, Nutrição e Psicologia. Denunciou que, em hospitais privados, médicos têm entrada diferenciada, enquanto outros profissionais utilizam acessos secundários e que há casos de enfermeiros descansando em condições precárias. Concluiu destacando a necessidade de respeito e igualdade no setor e reforçou o compromisso com a dignidade dos trabalhadores da saúde.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado criticou a postura do Presidente Lula em relação à anistia. Afirmou que, no final da década de 1970, a Esquerda defendia a anistia para criminosos e terroristas, enquanto hoje se opõe à anistia para pessoas que não participaram dos atos de vandalismo na Praça dos Três Poderes. Classificou essa posição como contraditória e afirmou que a credibilidade de Lula está em queda, sendo constantemente questionada nas redes sociais.

Ana Paula Lima (PT - SC) - A Deputada criticou a proposta de anistia aos responsáveis pelos atos de vandalismo de 8 de janeiro, comparando a destruição das sedes dos Três Poderes à invasão de uma casa particular. Destacou que os próprios envolvidos produziram provas contra si e defenderam que a Justiça cumprisse seu papel. Além disso, celebrou o anúncio do Presidente Lula sobre a proposta de isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil, ressaltando que a medida corrige uma promessa não cumprida pelo ex-presidente Bolsonaro. Também criticou a falta de investimentos no seu Estado nos últimos anos e ironizou a fuga de um Deputado bolsonarista para os Estados Unidos, afirmando que ele deveria



Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 24.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 18/03/2025

responder à Justiça no Brasil. Concluiu enfatizando as ações do Governo Federal e ironizando a postura da oposição.

Caroline de Toni (PL - SC) - A Deputada afirmou que a democracia brasileira não existe mais e criticou a atuação do Supremo Tribunal Federal (STF), acusando a Suprema Corte de beneficiar criminosos enquanto persegue adversários políticos. Defendeu o Deputado Eduardo Bolsonaro, que se autoexilou nos Estados Unidos após denunciar internacionalmente supostos abusos do Judiciário. Condenou o pedido feito ao STF para apreensão do passaporte do Parlamentar e questionou a imparcialidade do ministro Alexandre de Moraes, que julgará o caso. Comparou, ainda, a omissão do Senado e da comunidade jurídica à conivência do Parlamento Alemão com o regime nazista. Por fim, alertou que o atual cenário político não ameaçava apenas a Direita, mas toda a sociedade brasileira, e pediu resistência contra o que chamou de "ditadura da toga".

**Professora Luciene Cavalcante (PSOL - SP) -** A Deputada prestou homenagem, pedindo um minuto de silêncio, à Professora Analu Cristina Cerozzi da Silva Vieira, que faleceu dentro da sala dos professores na Escola Estadual Maria Carolina, em São Paulo. Destacou, ainda, as difíceis condições de trabalho dos educadores, incluindo assédio, falta de estrutura para atender alunos com deficiência e ausência de climatização nas escolas.

Alexandre Guimarães (MDB - TO) - O Deputado anunciou a presença de Vereadores de Alvorada e de Cristalândia, além do Vice-Prefeito de Araguaína, todos do Estado do Tocantins. Destacou a visita ao plenário e ao Congresso como uma oportunidade para conhecer as principais pautas discutidas no País e levar essa experiência para seus municípios.

Pompeo de Mattos (PDT - RS) - O Deputado prestou homenagem póstuma a Rodi Pedro Borghetti, o Borghettão, tradicionalista gaúcho que faleceu aos 92 anos. Destacou sua trajetória no Centro de Tradições Gaúchas (CTG) e no Movimento Tradicionalista Gaúcho, ressaltando seu papel como guardião da cultura do Rio Grande do Sul. Lembrou legado deixado por Borghettão e sua influência ao lado do filho, Borghettinho, reconhecido músico gaúcho.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada destacou a aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 548, de 2018, na Comissão de Finanças e Tributação, que prioriza investimentos em saúde, educação e segurança pública. Ressaltou que a proposta busca corrige distorções na alocação orçamentária sem gerar novas despesas. Também enfatizou a importância desses setores como pilares fundamentais da cidadania e do



Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 24.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 18/03/2025

desenvolvimento do Brasil. Informou que o projeto, originalmente apresentado pela ex-senadora Rose de Freitas, ainda seguirá para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania e para o Plenário.

Ricardo Ayres (REPUBLICANOS - TO) - O Deputado ressaltou a trajetória de luta e determinação que marcou a criação do Tocantins, destacando a força de seu povo na conquista da autonomia estadual. Enfatizou os avanços e desafios superados, reforçando o orgulho e a perseverança dos tocantinenses. Reafirmou, ainda, o compromisso de trabalhar pelo desenvolvimento do Estado, honrando sua história e valores. Por fim, celebrou o Estado e o papel de cada cidadão na construção de um Tocantins mais justo e próspero.

Luiz Lima (PL - RJ) - O Deputado celebrou o Dia Nacional da Imigração Judaica, destacando a contribuição da comunidade judaica para o Brasil. Ressaltou a coragem e resiliência dos imigrantes que, fugindo de perseguições e guerras, ajudaram a construir o País em diversas áreas, como ciência, artes, economia e vida pública. Enfatizou o legado judaico na medicina, no comércio, na indústria e na cultura, além do engajamento social em defesa da justiça e da liberdade. Por fim, reafirmou a importância do respeito à diversidade e da luta contra a discriminação, regulamentando a imigração judaica como parte essencial da identidade nacional.

Capitão Alberto Neto (PL - AM) - O Deputado propôs a redução da alíquota do ICMS sobre os alimentos da cesta básica no Amazonas, destacando os desafios logísticos que elevam os preços no Estado. Argumentou que a medida beneficiaria famílias de baixa renda e estimularia a economia, citando o exemplo bem-sucedido de São Paulo. Sugeriu ainda a criação de um grupo de trabalho para avaliar a correção, garantindo equilíbrio fiscal e repasse ao consumidor. Também ressaltou que a desoneração dos alimentos é uma questão de justiça social e pediu ao Governador uma ação decisiva para aliviar o custo de vida da população amazonense.

Luiz Couto (PT - PB) - O Deputado destacou a importância do Programa Cozinha Solidária, que garante alimentação gratuita a pessoas em situação de vulnerabilidade. Informou que o programa fortalece a participação comunitária e busca erradicar a fome no Brasil. Citou, ainda, avanços no combate à insegurança alimentar e a meta de retirar o País do Mapa da Fome até 2025. Além disso, registrou a condenação do Brasil pela Corte Interamericana de Direitos Humanos devido ao desaparecimento forçado de um trabalhador rural e defensor de direitos humanos na Paraíba. Ressaltou a necessidade de fortalecer a proteção dos ativistas e reafirmou o compromisso com a justiça social e os direitos humanos.

Roberto Duarte (REPUBLICANOS - AC) - O Deputado denunciou os elevados gastos do Governo de Luiz Inácio Lula da Silva com publicidade. Informo que, segundo informações da Folha de São Paulo, os contratos



Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 24.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 18/03/2025

de propaganda de ministérios, estatais e bancos públicos devem somar R\$ 3,5 bilhões em 2025, ou R\$ 9 milhões por dia. Criticou o uso de marketing para reverter a queda de popularidade do Governo, destacando a publicidade de programas como o Pé-de-Meia e o Mais Acesso a Especialistas, que não são inovações genuínas. Ressaltou, também, a licitação dos Correios, que pretende gastar R\$ 380 milhões em propaganda, e a suspensão de uma licitação promovida pela SECOM devido a acusações de favorecimento. Por fim, alertou que, em tempos de crise fiscal, esses gastos são inaceitáveis.

Rubens Pereira Júnior (PT - MA) - O Deputado destacou uma série de inaugurações realizadas pelo Governo do Maranhão, sob a liderança do Governador Carlos Brandão e do Vice-Governador Felipe Camarão, que beneficiam o Estado. Destacou a reconstrução do Centro de Ensino Parsondas de Carvalho em Montes Altos, a ampliação da Estação Tech, com unidades entregues em Montes Altos e Ribamar Fiquene, representando um avanço do acesso à tecnologia e à qualificação profissional. Ressaltou, ainda, a expansão do Viva/Procon em Ribamar Fiquene e Campestre do Maranhão e melhorias em Davinópolis, como a quadra poliesportiva e a nova iluminação pública. Por fim, defendeu a importância desses investimentos para a educação, a tecnologia, a cidadania e a infraestrutura, e parabenizou a gestão estadual para promover um desenvolvimento inclusivo e transformador no Maranhão.

Ruy Carneiro (PODE - PB) - O Deputado parabenizou a Fundação Napoleão Laureano pelos 74 anos de história, destacando sua importância no combate ao câncer na Paraíba. Informou que a instituição, fundada pelo Dr. Napoleão Laureano em 1951, se tornou referência nacional em atendimento humanizado e excelência médica. Ressaltou, ainda, seu comprometimento com a saúde pública, revelando a destinação de mais de R\$ 15,8 milhões em emendas para o hospital, recursos que resultaram em melhorias como ampliação de atendimentos, climatização de leitos e modernização de ambulatórios.

Vander Loubet (PT - MS) - O Deputado abordou a tragédia que atingiu o Rio Grande do Sul, destacando a importância da solidariedade diante do sofrimento humano. Mencionou o Livro Sagrado, que ensina que as pessoas e a vida devem ser priorizadas em relação às leis, ressaltando que a verdadeira essência da vida está na promoção da solidariedade e defesa da dignidade humana. Também enfatizou a necessidade de ajudar as vítimas da tragédia, reconstruir as cidades afetadas e minimizar o sofrimento das famílias. Por fim, afirmou que a solidariedade demonstrada pelo Brasil é um exemplo de convivência e respeito mútuo.

Jefferson Campos (PL - SP) - O Deputado anuncio a assinatura, juntamente com outros colegas, de requerimento para a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) com o objetivo de investigar a situação da Previdência Social no Brasil. Destacou os graves problemas enfrentados pelos trabalhadores,



Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 24.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 18/03/2025

aposentados e pensionistas, como os atrasos e a burocracia no sistema, que resultam em longas filas de espera para a concessão de benefícios. Defendeu, ainda, que a CPI seja um instrumento para investigar as causas desses problemas, propor soluções e garantir um atendimento mais eficiente e transparente. Por fim, pediu para apoio para a instalação da CPI em favor dos direitos dos brasileiros.

### **ENCERRAMENTO**